

EDUCAÇÃO POPULAR E DO CAMPO: FORÇAS QUE SE UNEM PARA O ENFRENTAMENTO AO PROJETO HEGEMÔNICO DA ELEITE BRASILEIRA

João Nascimento de Souza¹

Universidade Estadual do sudoeste da Bahia- UESB
Vitória da Conquista – Bahia – Brasil
souzajoaonascimento@hotmail.com

Jafé da Silva Cardoso²

Universidade Estadual do sudoeste da Bahia- UESB
Vitória da Conquista – Bahia – Brasil
jscardoso2010@bol.com.br

Arlete Ramos dos Santos³

Universidade Estadual de Santa cruz- UESC
Ilhéus – Bahia – Brasil
arlerp@hotmail.com

Antônio Domingos Moreira⁴

Universidade Estadual do sudoeste da Bahia- UESB
Vitória da Conquista – Bahia – Brasil

RESUMO: A educação popular e a educação do campo nascem em meio aos anseios sociais de luta por uma educação que favoreça a formação humana alicerçada no princípio de cidadania, justiça e equidade. Embora compartilhem essa mesma origem, a educação popular volta-se para diferentes

¹Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Especialista em Antropologia – ênfase em: Cultura afro-brasileira – UESB; Professor de História nas Redes Municipal e Estadual de Itagibá; membro Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo (GEPED/UESB).

²Mestrando em Educação pela (PPGED/UESB); Especialista em Gestão do trabalho Pedagógico – ênfase em: gestão, coordenação e supervisão escolar – FVC; Coordenador Pedagógico da Educação do Campo na Rede Municipal de Medeiros Neto; Integrante GEPED/UESB. Email: jafecardoso2013@gmail.com

³Doutora em Educação, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UESC e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UESB; líder do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo (GEPED/UESB).

⁴Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGED/UESB); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo (GEPED/UESB), do Grupo do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação e Ciências Humanas (CEPECH) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação do Campo (GEPEC); Professor do Colégio Estadual Sinésio Costa (CESC).

contextos educativos e tem como ícone Paulo Freire, reconhecido mundialmente pelo trabalho desenvolvido na educação. A educação do campo, durante muito tempo, confundida com a educação rural, foi reivindicação dos movimentos sociais e populares, pensada para atender às necessidades do homem do campo. Nessa perspectiva, o objetivo desse texto é discutir sobre a importância da educação popular e do campo, suas características e seus pontos de convergências no contexto brasileiro. Como procedimento metodológico, utilizamos a revisão de literatura e fundamentamos nossa discussão nos pressupostos teóricos de Paludo (2001); Saviani (2011); (PAIVA, 1973); Caldart (2002,); Freire (1979); entre outros. Nossa discussão aponta que a educação popular e a educação do campo podem ser vistas como complementares e parte de um importante projeto visando a formação humana, contribuindo para a diminuição das desigualdades sociais tão presente em nosso país.

Palavras-chave: Educação Popular. Educação do Campo. Contra-hegemônica.

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos a gênese histórica da educação voltada para as minorias é notório que a mesma é marcada por lutas contra-hegemônicas e, ainda hoje, está arraigada nas lutas em prol da valorização do homem em sua totalidade. Discutir sobre educação popular e educação do campo é buscar compreender anos de descaso e de subalternidade em que a elite brasileira sempre relegou aqueles que não tiveram acesso à escolaridade. Notadamente, esses sujeitos subalternizados sempre foram vistos e estereotipados como sendo os que não mereciam instrução por serem de lugares tidos como atrasados, inferiores, fato que contribuiu para que permanecessem como oprimidos, marginalizados, excluídos por não terem nascido no espaço social da elite.

Com base no exposto, o presente texto objetiva analisar, que mesmo que de forma superficial, as diferenças e aproximações entre educação popular e educação do campo. Discutir sobre a educação popular e do campo, se justifica pela importância, não apenas para quem delas precisam diretamente, mas para todos os sujeitos que estão inclusos no âmbito da classe trabalhadora. Ambas defendem os direitos e singularidades que existem e fazem parte do grande contingente da população brasileira a começar pelas características que o Estado brasileiro possui: somos um país eminentemente rural, e seus sujeitos são representados por pessoas simples, trabalhadores rurais, pequenos agricultores, trabalhadores domésticos, das fábricas e outros.

Nessa perspectiva, procuramos discutir sobre a importância da educação popular e do campo, suas características e seus pontos de convergências no contexto brasileiro. A nossa base de dados é composta por livros que retratam sobre a temática, e usamos como

metodologia a revisão de literatura. Os teóricos consultados foram: de Paludo (2001); Saviani (2011); (PAIVA, 1973); Caldart (2002,); Freire (1979) entre outros que serão agregados durante a discussão.

Os conceitos apresentados nas obras consultadas nos permitem identificar as particularidades e os seus pontos de convergências e divergências, as suas origens, sua história e os sujeitos envolvidos. A educação popular tem como ícone Paulo Freire, cujo legado, é reconhecido mundialmente, ao passo que a educação do campo tem suas origens nas lutas camponesas, mais tarde transformadas em Leis que irão tratar das questões que envolvem diretamente o homem do campo.

Ante ao exposto, o presente trabalho se subdivide da seguinte forma: no primeiro momento, busca-se discutir o processo de formação e disseminação da educação popular, destacando de forma precípua a década de 1920 e o movimento dos pioneiros da Escola Nova. No segundo momento, discute-se a disseminação da cultura popular e os marcos importantes dos movimentos populares em prol de sua afirmação. No terceiro momento, parte-se da cultura popular para então se discutir a Educação Rural e, concomitantemente, a Educação do Campo firmada através dos movimentos sociais. Na parte final do trabalho, procura-se discutir a correlação entre Educação Popular e do Campo, destacando como aquela foi importante para o processo de afirmação desta.

Educação popular: projeto contra-hegemônico do povo contra a elite brasileira

A década de 20 do século XX é marcada por profundas transformações no âmbito da sociedade brasileira. Destaca-se nesse íterim de mudanças a semana da arte moderna, que transformou radicalmente a forma de enxergar e conceber arte e, em relação à educação, o Movimento dos Pioneiros da Escola Nova possibilitou uma ruptura oportuna em relação às teorias pedagógicas vigentes à época. Surge nesse período também a luta em prol da Educação Popular, que teve sua origem alicerçada fora dos muros das escolas, nos redutos populares, no seio dos movimentos populares, ou seja, a luta pela afirmação de uma educação popular se consubstancia à priori com base nos altos índices de analfabetismo tanto no campo quanto na cidade, o que de maneira direta impulsionou os sindicatos, organização de bairros e demais ramificações a lutarem para que as camadas populares tivessem acesso ao

conhecimento, á formação, posto que somente a elite tinha acesso. Nesse sentido, Paula (2009, p. 6136) afirma que,

A Educação Popular nasceu no Brasil desde a década de 20 com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova no qual os intelectuais brasileiros pregavam uma educação popular para todos. Todavia, somente na década de 60, devido ao processo de industrialização e urbanização, é que o Brasil começou a se preocupar com os altos índices de analfabetismo de jovens e adultos das classes populares em função da necessidade de mão de obra qualificada para o trabalho. Os movimentos migratórios das pessoas em busca de melhores condições de vida eram constantes e este aspecto fez com que o Estado repensasse as políticas educacionais para as classes populares.

O excerto destacado ratifica o ideal contra-hegemônico proposto pelas camadas populares, surgindo assim uma proposta de educação contra o capital e voltada para a realidade, pensado pelo povo, para o povo. Ante o exposto, quando nos remetemos à educação popular estamos nos reportando a uma concepção de educação que se alicerça na emancipação, que valoriza e prioriza em contrapartida a liberdade dos sujeitos, ou seja, diferentemente do que comumente é apregoado pelo senso comum que atesta ser essa ramificação de educação voltada apenas para as classes empobrecidas, e concebida como educação não formal, a educação popular se impõe como sendo uma educação para todos, que nasceu arraigada nos movimentos sociais, mas que transcendeu à sua gênese e se firmou também nos espaços institucionalizados. A esse respeito Brandão (1984, p.69) também acrescenta informações importantes, assim, para o autor,

Já nos primeiros escritos de Paulo Freire, a educação popular, uma forma de ‘prática cultural para a liberdade’, deveria transformar todo o sistema e toda a lógica simbólica da educação tradicional. Trabalhos como os de alfabetização e pós-alfabetização seriam apenas um de seus momentos. Assim, um movimento revolucionário de educadores surgia contra a educação institucionalizada e constituída oficialmente, seja como sistema escolar seriado, seja como educação não-formal de adultos. Emergia como proposta de re-escrever a prática pedagógica do ato de ensinar-e-aprender, e surgia para repensar o sentido político do lugar da educação.

Diante dos aspectos supracitados é importante salientar com base nessa conjuntura que o projeto de educação brasileira imbuída do elitismo da sociedade vigente desde sua gênese até os dias atuais não ocorreu de forma amistosa e profícua como aparenta. Faz-se necessário compreender que a educação criada, pensada e propagada pela elite só se estendeu às camadas populares pelo projeto evolucionista de sociedade impelida pelos seguintes aspectos, quais sejam: a firmação da democracia dando o direito ao voto e desta

forma era necessário instruir os então analfabetos; pelo viés capitalista do agronegócio que almejava ampliar a produtividade do campo e, para tanto, era necessário informatizar, investir em maquinários avançados e concomitantemente preparar a mão de obra camponesa para a utilização destes maquinários dentre outros variados fatores. Teorizando sobre as asseverações destacadas Paludo (2001, p. 85) que:

A emergência da concepção de Educação Popular pode e deve ser associada ao fato de as classes populares existirem e às suas condições de vida; às opções que as elites tiveram de rumos para o desenvolvimento do Brasil; ao movimento internacional dos trabalhadores; às idéias pedagógicas predominantes num determinado período; ao desejo e esperança de construção de um mundo melhor; e às possibilidades de, via educação, contribuir para a emancipação das classes subalternas e para a sua entrada no cenário político.

Imprescindível destacar que a educação popular passou ao longo das décadas precedentes por fases distintas que de forma cronológica demonstram o processo evolutivo de tal educação. Da década de 1920 aos anos de 1950 temos uma educação voltada para atender às camadas menos abastadas, haja vista que somente a elite tinha o direito à educação. Da década de 1960 em diante com as contribuições de Paulo Freire passou a figurar como sendo uma educação destinada a atender aos adultos, concepção que se estendeu até os anos 1980. Da década de 1980 até os dias atuais a educação popular atravessou as décadas, ampliou suas nuances se firmando na atual conjuntura como uma educação emancipatória que traduz a voz do povo, ou seja, a transformação da realidade é a base maior dessa ramificação da educação. Analisando esse processo histórico de forma comparativa, Araújo (1996, p.120) expõe que,

Até a 2ª Guerra Mundial, a educação popular era entendida como um prolongamento da educação formal para todos aqueles das periferias urbanas e da zona rural.

Nos anos 50, passa a ser vista como forma de desenvolvimento comunitário, e em fins desta década, é compreendida tanto como educação libertadora, como educação funcional para a formação de mão-de-obra[...].

Em suma, nota-se que durante décadas seguidas o termo educação popular esteve atrelado à visão equivocada de que era uma educação da elite para à classe subalternizada. Notadamente a década de 60 rompe com esse estereótipo, posto que é o momento em que os movimentos sociais tomam forma em todo país e precursores como Paulo freire, Anísio

Teixeira dão início às lutas em combate ao analfabetismo no Rio Grande do Norte que mais tarde ganharia corpo e se expandiria por todo país, deixando claro que a essência da educação popular se firma justamente no fato da mesma ser pensada pelo povo, com o povo e para o povo como bem nos Saviani (2011, p. 317),

A mobilização que ganha vulto na primeira metade dos anos 60 assume outra significação. Em seu centro emerge a preocupação com a participação política das massas a partir da tomada de consciência da realidade brasileira. E a educação passa a ser vista como instrumento de conscientização. A expressão “educação popular” assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticando como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando controlá-lo, e manipulá-lo, ajustá-lo a ordem existente.

O trecho em destaque conceitua perfeitamente a educação popular, contrariando o senso comum ratificando que a gênese da educação popular não se firma apenas em com base em sua historiografia, mas especialmente nos aspectos antagônicos das lutas em prol de sua afirmação como ramificação libertadora, desalienante, enfim, sua essência é o poder emancipatório em detrimento à visão subalternizada de educação disseminada pelas nuances elitistas.

A disseminação da Educação Popular através de grupos, iniciativas e propostas educativas

Como destacado anteriormente a década de 1960 desponta como o momento de propagação dos movimentos sociais. Essa trajetória tem em Paulo Freire o nome de maior destaque no que concerne à educação popular, haja vista que seu método de alfabetização crítica/política/emancipatória possibilitou a milhares de adultos o acesso à leitura, escrita e também a uma formação crítica.

Ante ao exposto torna-se pertinente destacar que nesse espaço de lutas para afirmação da educação popular alguns grupos, iniciativas foram criados com vistas em propagar e consolidar a mesma cita-se, de acordo com (PRANTO, 2018, p.7):

Os Centro Populares de Cultura, ligados à UNE; o Movimento de Educação de Base, vinculado diretamente à Igreja Católica através da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; o Movimento de Cultura Popular de

Pernambuco; o Sistema Paulo Freire; as 40 horas de Angicos; a Fundação Campanha Popular de Educação da Paraíba – CEPLAR e a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” ligada à prefeitura do Natal. Tal escolha dos movimentos educacionais, segue a sistematização já realizada por Vanilda Paiva (2015) e Saviani (2013).

Os movimentos destacados acima corroboram de forma significativa para que a educação popular se firmasse, especialmente os de cunho religioso, que através do respaldo da igreja católica se consolidaram eficazmente e os aguçados por artistas, estudantes, universitários e intelectuais.

Dentre as variadas contribuições é possível destacar as Os Centros Populares de Cultura (CPCs. Tendo como predecessores a União Nacional dos Estudantes – UNE, os CPCs tiveram evidência no ano de 1962 e se espalhou pelo país conscientizando a massa da importância do pensamento crítico. Teatro, música, dança, demonstrando que a cultura popular era aquela produzida pelo povo e também propagada por ele em seu cotidiano. em 1963, após a realização do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular as atenções se voltavam para o processo de alfabetização e a disseminação das expressões artísticas que eram essencialmente produzidas pelo povo,

Com a realização do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular em setembro, O CPC da UNE tornou-se mais sensível às massas. [...] a alfabetização aparece, então, como o núcleo central do trabalho educativo a ser realizado, tal como era defendido por vários centros nos diversos estados e por outros movimentos voltados para a promoção da cultura popular. Também as posições relativas à arte popular se modificaram e os integrantes do CPC passaram a se preocupar com a “valorização das expressões populares autênticas, sem perder de vista que sua organização é mais importante que o conteúdo alienado que com frequência nelas se encontra”, ao invés de negar o seu valor como arte. (PAIVA, 1973, p.263)

Ou seja, muito embora a arte fosse o pano de fundo a formação do sujeito, sua inserção no mundo da alfabetização também eram prioridades para esse movimento.

O Movimento de Cultura Popular (MCP) também contribuiu significativamente com a educação popular. Criado nos primeiros anos da década de 1960 o movimento levantava a bandeira da emancipação do sujeito. Destaca-se que este movimento nasce atrelado às ações da prefeitura de Recife no período em que Miguel Arraes era prefeito. De maneira geral as ações desse movimento contribuíram para as experiências que deram origem ao método Paulo

Freire. Segundo consta no Memorial do Movimento Cultura Popular (1986, p. 196) os objetivos do movimento se pautavam em,

Promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos; atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através da educação integral; proporcionar a elevação do nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho; colaborar para a melhoria do nível material do povo, através da educação especializada; e formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular.

Como este movimento era liderado por variados profissionais, dentre os quais, artistas, alunos, intelectuais, universitários desta forma as ações não estavam pautadas apenas no processo de alfabetização, pelo contrário, Segundo Paiva (1973, p.264), os objetivos transcendiam apenas o processo de letramento era diversificado arte, política, crítica, haja vista que,

O movimento pretendia encontrar uma fórmula brasileira para a prática educativa ligada às artes e a cultura do povo e suas atividades estavam voltadas, fundamentalmente, para a conscientização das massas através da alfabetização e da educação de base. Esta fórmula foi encontrada no próprio contato com a massa, a partir do qual as atividades do MCP começaram a se diversificar; o movimento passou a atuar também através do teatro, da organização de núcleos de cultura [...]

As contribuições desse movimento para a formação do sujeito estavam para além do processo educativo, pelo contrário, o sujeito era integrado à vida cultura e política do país em que a melhoria de vida se destacava também como objetivo. Cita-se ainda que este movimento diferentemente do anterior, tinha forte caráter nacionalista e cunho cristão, objetivando não somente a alfabetização, a educação de base era um dos pilares.

Outro movimento de importância foi a Campanha De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler. Este movimento objetivou a expansão das unidades escolares para atender à demanda de analfabetismo muito grande naquele. Criado no ano de 1961 pela prefeitura de Natal, a princípio não logrou êxito, pela escassez das verbas. No entanto, ao atender às solicitações da comunidade foram criados acampamentos que nada mais eram do que grandes pavilhões com salas, bibliotecas, aviários, hortas etc. No entanto, não havia preocupação com o método, fato que foi se tornando pertinente com o avanço do projeto e, posteriormente,

sanado com a criação do Centro de Formação de professores. Consta-se que a amplitude dessa campanha ultrapassa o processo de alfabetização e firma-se na formação integral do sujeito para além dos muros da escola, é, em suma, uma amalgama entre formação intelectual e humana, visto que,

Além dessas atividades, a Campanha buscou divulgar e promover a revitalização do folclore local ajudando financeiramente os conjuntos natalenses e organizando Praças de Cultura nos bairros, construindo um “Teatrinho do Povo” e uma Galeria de arte. No terceiro ano de atuação a campanha havia se expandido de tal modo que pensou-se em formar e dinamizar uma “Frente de Educação Popular”, a fim de colaborar com as prefeituras do interior na implantação e desenvolvimento de Campanhas semelhantes. (PAIVA, 1973, p.267/268)

Outra campanha de destaque no panorama histórico da educação popular foi a Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR). Essa campanha teve o intuito inicial de recuperar as unidades escolares contando não somente com recursos governamentais, mas de diversas ramificações da sociedade tais como sindicatos, organizações religiosas dentre outras.

Citado por último, mas não menos importante O Movimento de Educação de Base (MEB) atrelado à ideologia cristã, mais precisamente à CNBB, teve suas primeiras ações realizadas no ano de 1958, por intermédio do então presidente Jânio Quadros. Entretanto, é somente a partir de 1961 que o mesmo ganha forma e amplitude, a princípio era destinado ao processo de alfabetização das comunidades rurais,

Quanto à proposta de criação do movimento, pretendia-se oferecer à população rural oportunidade de alfabetização num contexto mais amplo de educação de base, buscando ajudar na promoção do homem rural e em sua preparação para as reformas básicas indispensáveis, tais como a reforma agrária. Entretanto, além do desenvolvimento espiritual do povo e sua preparação para desenvolvimento, pretendia-se também “ajudá-lo a se defender contra ideologias que são incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade. (PAIVA, 1973, p.268)

O movimento de base cresceu e expandiu sua abrangência, saindo do reduto rural e adentrando também os grandes centros, as pequenas cidades. A ditadura militar de 1964 impediu sua expansão ficando o mesmo reduzido. Todavia, é cabível destacar que segundo consta nos altos o MEB foi o único movimento que seguiu após os impactos da ditadura.

Notadamente os movimentos de Cultura popular tem no histórico da Educação Brasileira grande influência, posto, que contribuíram diretamente com o processo educativo no período em que se mantiveram ativos.

Educação do campo, extensão da educação popular

A educação popular firma-se então como uma proposta de educação que rompe contra-hegemonicamente com os desmandos da elite, forjando nos anais históricos de nossa educação uma concepção calcada na perspectiva de garantia e manutenção de direitos, na construção coletiva, ou seja, de forma coletiva a classe subalterna firma-se como autônoma na luta pelo direito à educação, apesar de todas as contradições e intempéries.

Nesse ínterim de lutas nasce a educação do campo, território de disputas acirradas, mas que através da vertente popular, mais especificamente através dos movimentos sociais e suas incontáveis lutas, se firmou como modelo representativo dos povos camponeses. Ante ao exposto é impossível dissociar a educação do campo da educação popular, haja vista que esta mantém relação direta com aquela, ou seja, se analisarmos com mais minúcia é possível afirmar que a educação popular representa a gênese da educação do campo, representando assim sua reinvenção na atualidade, uma vez que a luta se firma na autonomia do sujeito, em sua formação crítica de forma totalizante tendo como arcabouço as lutas dos movimentos sociais.

Se analisarmos o processo marginal em que a educação dos povos camponeses esteve relegado, enquanto constituída como educação rural, notaremos que é somente com base nos ideais da educação popular, especialmente no que concerne aos aspectos de luta e da participação efetiva que o panorama encontrará um novo caminho. Apesar disso Fernandes e Molina (2004, p. 61) destacam que,

O conceito de educação rural esteve associado a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos [...]. Tinha como pano de fundo um espaço rural visto como inferior, arcaico. Os tímidos programas que ocorreram no Brasil para a educação rural foram pensados e elaborados sem seus sujeitos, sem sua participação, mas prontos para eles.

O trecho em destaque reitera a importância da ação dos movimentos sociais para o processo de construção de uma educação do campo, pensada, disseminada e mantida pelos povos do campo e não simplesmente imposta como visão ruralista outrora imputada aos povos camponeses. Nessa perspectiva a educação do campo tem como pressuposto basilar a

educação popular, ou seja, pelo seu viés libertador a educação popular tem subsidiado a educação do campo sendo, pois, seu maior suporte, fato que corroborou para que a mesma deixasse de ser educação rural e na atualidade figurasse como educação do campo, graças às lutas e enfrentamentos na relação antagônica entre opressores e oprimidos. Sobre esta realidade Caldart (2002, p.151) nos diz que,

Trata-se de uma educação dos e não para os sujeitos do campo. Feita sim através de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos dos direitos que a exigem. A afirmação deste traço que vem desenhado nossa identidade é especialmente importante se levarmos em conta que, na história do Brasil, toda vez que houve alguma sinalização de política educacional ou de projeto pedagógico específico, isto foi feito para o meio rural e muitas poucas vezes com os sujeitos do campo. Além de não reconhecer o povo do campo como sujeito da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-los a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos.

Essa relação direta entre educação popular e do campo se dá também pelo fato das concepções freireanas políticas, ideológicas, pedagógicas estarem diretamente ligadas às propostas do campo, assumindo para si a identidade popular, posto que visa a perpetuação da pedagogia de lutas de classes, das lutas sociais cujo objetivo maior é a construção de um projeto de sociedade que visa romper com os estigmas da subalternidade impostas pela elite. Em diálogo direto com as percepções aqui destacadas temos as concepções de Freire (1979, p. 66) onde o mesmo expõe que,

De um lado, a necessidade de uma educação que não descuidasse da vocação ontológica do homem, a de ser sujeito, e, por outro, de não descuidar das condições peculiares de nossa sociedade em transição, intensamente mutável e contraditória. Educação que tratasse de ajudar o homem brasileiro em sua emersão e o inserisse criticamente no seu processo histórico. Educação que por isso mesmo libertasse pela conscientização. Não aquela educação que domestica e acomoda.

Ante ao exposto, é pertinente destacar que a identidade da educação do campo se firma justamente nesses ideais de luta para a firmação de uma educação em que a terra, educação e trabalho mantenham relação direta e contribua para emancipação do sujeito. A educação preconizada pela educação do campo é dispare em todos os sentidos das concepções rurais, especialmente pelo fato de ser pensada pelos próprios sujeitos que vivem no campo e dele retiram seu sustento, assim, a prerrogativa

O trabalho na terra, que acompanha o dia-a-dia do processo que faz de uma semente uma planta e da planta um alimento, ensina de um jeito muito próprio que as coisas não nascem prontas, mas, sim, que precisam ser cultivadas: são as mãos do camponês, da camponesa, as que podem lavrar a terra para que chegue a produzir o pão. Este também é um jeito de compreender que o mundo está para ser feito e que a realidade pode ser transformada, desde que esteja aberto para que ela mesma diga a seus sujeitos como fazer isto, assim como a terra vai mostrando ao lavrador como precisa ser trabalhada para ser produtiva. (ARROYO, CALDART, MOLINA (2004, p. 100-101)

O excerto supracitado ratifica o que ao longo do texto se afirmou, a educação do campo tem o camponês como alicerce maior e a terra representa a luta por ideais que estão além da mera luta panfletária e sem objetivo. Pelo contrário, a educação do campo é fruto indubitável das lutas dos movimentos sociais cuja bandeira traz como símbolo as lutas pelo direito dos povos camponeses ao acesso à educação de qualidade pensada com eles, por eles e para eles numa referência às concepções de Saviani. (Em diálogo direto com as afirmativas aqui apontadas temos as concepções de Grzybowski (1986, p. 51-2)

Na perspectiva das classes subalternas, em especial dos trabalhadores, a educação é, antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidades e apropriação do “saber social”. Trata-se de buscar na educação conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade e elevem a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais. Por isso, a educação é reivindicada pelos trabalhadores na perspectiva de seu fortalecimento como classe, face às outras classes e ao Estado.

Em suma, é pertinente destacar que há muito ainda a se construir, posto que a Educação Popular e do Campo são em sua essência territórios de lutas e disputas acirradas. Lutar para que a educação chegue de forma igualitária a esses sujeitos é a bandeira de luta dos movimentos sociais ao longo de décadas a fio. Avançar e retroceder têm sido contradições vivenciadas e combatidas ao longo de todo esse processo, haja vista que a concepção de educação e escola impelidas pelo capital não dialogam com o princípio de equidade, criticidade e liberdade suscitadas tanto pela Educação Popular quanto pela Educação do campo. Posto isso, nota-se que o ideal de sociedade, de ser humano e de educação almejados pelos movimentos sociais tem como arcabouço de luta, como instrumento de autonomia a formação omnilateral do sujeito em detrimento à subalternidade imposta pela classe dominante.

Algumas considerações

As discussões aqui apontadas permitiram uma reflexão, ainda que sucinta, a despeito da educação popular e do campo como ferramentas para formação e emancipação humana. De maneira geral, pelo seu caráter político, ideológico e contra-hegemônico a educação popular está imbuída na educação do campo fortalecendo suas bases e contribuindo para seu progressivo fortalecimento. Suscita ainda a construção de uma educação que visa única e exclusivamente a autonomia do sujeito e sua afirmação como ser crítico, autônomo e consciente de seu papel no tempo e no espaço.

As aproximações entre educação popular e educação do campo vão muito além dos aspectos que concernem apenas à realidade, ambas se firmam em ideais emancipatórios, suscitam a luta contra-hegemônica e principalmente almejam a formação omnilateral.

Educação popular e educação do campo tem nos estudos e nas ações perpetuadas por Paulo Freire, o campo fecundo para sua afirmação e disseminação. Levando-se em consideração que o método freireano visou unicamente a autonomia do sujeito frente aos desmandos da elite brasileira e a hegemonia do capital é inegável que sem Freire dificilmente teríamos alcançado o que hoje vivenciamos em ambas concepções de educação.

O grande desafio atual, que persiste por séculos a fio, é a afirmação de uma educação que rompa com os estereótipos impelidos pelo capital para designar a educação voltada para as minorias, especialmente para a destinada aos camponeses, aos adultos cidadãos e campesinos dentre outros. Enfim, diante de tudo o que aqui fora discutido é possível pensar numa Educação Popular do Campo, uma vez que a educação popular é sem dúvidas a base da educação do campo e a força política intrínseca à sua identidade é o marco para a formação completa dos sujeitos.

REFERÊNCIA

ARAÚJO, Maria das Graças. Movimentos de educação popular no Rio Grande do Norte e projeto BB-Educar. In: STAMATTO, Maria Inês S. (org.) **Recortes: momentos da educação norte-riograndense**. Natal: Editora da UFRN, 1996.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma Educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Os Movimentos Sociais Cultivando Uma Educação Popular Do Campo**. – UFPB, p.16). Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT06-1780--Int.pdf>. Acesso em setembro de 2018.

BEISIEGEL, Celso Rui. **Pólitica e educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. 4ª Ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. São Paulo-SP: Editora Brasiliense, 1984.

CALDART, Roseli Salete. **Por Uma Educação do Campo: Identidade, e Políticas Públicas**. V. 4. Brasília, 2002.

FERNANDES, Bernardo Maçando. MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. IN: MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sonia M.S.A. (Orgs.). **Por uma educação do campo – contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. 2. ed. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.
GRZYBOWSKI, C., (1986). Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural. **Contexto e Educação**, Editora Unijuí, ano 1, nº 4, out./dez.

Memorial do MCP. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1986. (Coleção Recife – Vol. XLIX).

PAIVA, Vanilda Pereira. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular**. Porto Alegre: Tomo, 2001.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira. **Educação Popular, Educação Não Formal e Pedagogia Social:** Análise de conceitos e implicações para a Educação Brasileira e Formação de professores. Disponível em: . Acesso em: setembro de 2018.